

-----**ACTA N.º 29/2010**-----

-----Aos 29 dias do mês de Dezembro de 2010, pelas dez horas, no Salão Nobre dos Paços do Município de Celorico da Beira, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal, sob a presidência do Senhor Presidente, José Francisco Gomes Monteiro, estando também presentes os Senhores Vereadores: -----

-----Júlio Santos; -----

-----Victor Martins Santos; -----

-----António Graça Silva. -----

-----Faltou a esta reunião o Senhor Vereador José Luís Saúde Cabral, por se encontrar de férias. -----

-----A reunião foi secretariada por, Margarida Maria Gonçalves Amaro, Técnico Superior e coadjuvada por Dina Maria Silva, Assistente Técnica. ---

-----Verificada a existência de quórum, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião. -----

-----**APROVAÇÃO DAS ACTAS DAS REUNIÕES ORDINÁRIAS DE 24 DE NOVEMBRO E 2 DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E DEZ**-----

-----Foi presente a acta número 26, da reunião ordinária do Executivo de 24/11/2010, cujo texto foi previamente distribuído por todos os membros, para rectificação e posterior aprovação. -----

-----**Dispensada a sua leitura e depois de feitas as devidas correcções, foi aprovada por maioria, com uma abstenção do Senhor Presidente da Câmara, por não ter estado presente na referida reunião.**-----

-----Foi presente a acta número 27, da reunião ordinária do Executivo de 02/12/2010, cujo texto foi previamente distribuído por todos os membros, para rectificação e posterior aprovação.-----

-----**Dispensada a sua leitura e depois de feitas as devidas correcções, foi aprovada por unanimidade.**-----

-----**ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

-----Iniciados os trabalhos, o Senhor Presidente da Câmara questionou se algum dos Senhores Vereadores, tinha algum assunto a colocar perante o Executivo.-----

-----O Senhor **Vereador Júlio Santos** questionou o Senhor Presidente, perguntando-lhe se tinha sido o Município o autor da queixa que deu origem ao processo-crime em que o ex-Presidente António Caetano foi condenado pelo crime de peculato, conforme referiu a imprensa local.-----

-----Perguntou ainda ao Senhor Presidente o que é que tencionava fazer relativamente ao Acórdão do Tribunal da relação que deu provimento ao recurso no processo do despedimento do funcionário da EMCEL, Sr. Carlos Ribeiro.-----

-----Questionou por fim qual a solução para a questão apresentada pela ADCC enviada por fax (cumprimento do protocolo celebrado entre a Câmara Municipal e a ADCC) relativo à sede da Associação, que, nos termos do protocolo seria numa sala do edifício de apoio à Câmara Municipal.-----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** relativamente ao primeiro assunto esclareceu que o Tribunal tinha notificado a autarquia da existência deste processo e da respectiva sentença e que o mesmo estava para análise no Gabinete Jurídico. Referiu que depois, caso assim o pretendam poderá dar conhecimento sobre o mesmo.-----

-----Sobre o funcionário da EMCEL esclareceu que o Executivo irá dar cumprimento à sentença do Tribunal. -----

-----Por último informou que o assunto da ADCC está a ser analisado. ----

-----**ASSUNTOS NÃO AGENDADOS**-----

-----Por ter sido reconhecida a urgência de deliberação imediata sobre outros assuntos foi deliberado, por unanimidade, incluir na ordem de trabalhos os seguintes pontos: -----

-----**CRIAÇÃO DE UNIDADES ORGÂNICAS FLEXÍVEIS;**-----

-----**CRIAÇÃO DE SUBUNIDADES ORGÂNICAS;** -----

-----**REGULAMENTO DE FUNCIONAMENTO DOS SERVIÇOS;**-----

-----**TAXAS DE PUBLICIDADE;** -----

-----**MAPA DE OBRAS.** -----

-----**ORDEM DO DIA**-----

-----**I - OBRAS PARTICULARES**-----

-----**ASSUNTO: PROPOSTA DE REGULAMENTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO URBANÍSTICA E DE EDIFICAÇÃO DO CONCELHO DE CELORICO DA BEIRA**-----

-----Nos termos da alínea a), do n.º 7, do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18/9, na sua actual redacção, foi presente proposta de Regulamento Municipal de Administração Urbanística e de Edificação do Concelho de Celorico da Beira, para ser submetida à discussão pública, nos termos do artigo 118.º do Código de Procedimento Administrativo (CPA).-----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** fez uma apresentação sumária da proposta de regulamento, informando desde logo que a mesma iria ser objecto de algumas alterações, em sede de discussão pública, uma vez que não foram tidos em consideração alguns aspectos, relativos à cobrança de

taxas que poderão ser penalizadoras para os agentes intervenientes, face à actual conjuntura financeira do país e do concelho. -----

-----**Nos termos do disposto no artigo 118.º do CPA, a Câmara deliberou submeter à apreciação pública a proposta de Regulamento Municipal de Administração Urbanística e de Edificação do Concelho de Celorico da Beira.** -----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.* -----

-----**ASSUNTO: CERTIDÃO DE DISPENSA DE UTILIZAÇÃO**-----

-----**Requerente: Olga Maria Cardoso Moraes Gomes** -----

-----Foi presente requerimento n.º 819, datado de 22/12/2010, em nome de Olga Maria Cardoso Moraes Gomes, pretendendo que lhe seja emitida uma certidão de dispensa de licença de utilização, para um edifício, sito em Terreiro - Mogadouro, freguesia de Mesquitela, inscrito sob o artigo matricial, número provisório n.º 749, por o mesmo ter sido construído antes de 1981 e não ser exigida licença de habitação, pelo facto de ter sido construído antes da data da aprovação do Regulamento das Edificações Urbanas, de acordo com o parágrafo único do art.º 1.º do RGEU, o qual só se aplicou a este local por deliberação municipal de 27/03/81.-----

-----De acordo com o parecer dos Serviços Técnicos, o Fiscal Municipal deslocou-se ao local verificando que o mesmo terá sido construído antes de 1981. No entanto, na certidão de teor emitida pelos Serviços de Finanças de Celorico da Beira, descreve que a edificação foi inscrita na matriz em 2009. -----

-----**Sendo que a informação do Fiscal Municipal refere que a edificação a que a requerente alude, terá sido construída antes de 1981, a Câmara deliberou aprovar a petição da requerente.** -----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.* -----

---**ASSUNTO: CERTIDÃO DE DISPENSA DE UTILIZAÇÃO**-----

-----**Requerente: José Maria da Fonseca**-----

-----Foi presente requerimento n.º 882, datado de 03/12/2010, em nome de José Maria da Fonseca, pretendendo que lhe seja emitida uma certidão de dispensa de licença de utilização, para um edifício, sito na Rua do Monte, freguesia de Lageosa do Mondego, inscrito sob o artigo matricial n.º 825, por o mesmo ter sido construído antes de 1981 e não ser exigida licença de habitação, pelo facto de ter sido construído antes da data da aprovação do Regulamento das Edificações Urbanas, de acordo com o parágrafo único do art.º 1.º do RGEU, o qual só se aplicou a este local por deliberação municipal de 27/03/81. -----

-----De acordo com o parecer dos Serviços Técnicos, o Fiscal Municipal deslocou-se ao local verificando que o mesmo terá sido construído antes de 1981. No entanto, na certidão de teor emitida pelos Serviços de Finanças de Celorico da Beira, descreve que a edificação foi inscrita na matriz em 2009. -----

-----**Sendo que a informação do Fiscal Municipal refere que a edificação a que a requerente alude, terá sido construída antes de 1981, a Câmara deliberou aprovar a petição da requerente.**-----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.*-----

-----**ASSUNTO: CERTIDÃO DE DISPENSA DE UTILIZAÇÃO**-----

-----**Requerente: Ascensão Amaral (art. matricial 484)**-----

-----Foi presente requerimento n.º 881, datado de 22/12/2010, em nome de Ascensão Amaral, pretendendo que lhe seja emitida uma certidão de dispensa de licença de utilização, para um edifício, sito em Quinta da Ponte – Aldeia Rica, freguesia de Açores, inscrito sob o artigo matricial n.º 484, por o mesmo ter sido construído antes de 1981 e não ser exigida licença de habitação, pelo facto de ter sido construído antes da data da aprovação do Regulamento das Edificações Urbanas, de acordo com o parágrafo único do

art.º 1.º do RGEU, o qual só se aplicou a este local por deliberação municipal de 27/03/81.-----

-----De acordo com o parecer dos Serviços Técnicos, o Fiscal Municipal deslocou-se ao local verificando que o mesmo terá sido construído antes de 1981. No entanto, na certidão de teor emitida pelos Serviços de Finanças de Celorico da Beira, descreve que a edificação foi inscrita na matriz em 1988. -----

-----**Sendo que a informação do Fiscal Municipal refere que a edificação a que a requerente alude, terá sido construída antes de 1981, a Câmara deliberou aprovar a petição da requerente.** -----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.* -----

-----**ASSUNTO: CERTIDÃO DE DISPENSA DE UTILIZAÇÃO** -----

-----**Requerente: Ascensão Amaral (art. matricial 485)** -----

-----Foi presente requerimento n.º 882, datado de 22/12/2010, em nome de Ascensão Amaral, pretendendo que lhe seja emitida uma certidão de dispensa de licença de utilização, para um edifício, sito em Quinta da Ponte – Aldeia Rica, freguesia de Açores, inscrito sob o artigo matricial n.º 485, por o mesmo ter sido construído antes de 1981 e não ser exigida licença de habitação, pelo facto de ter sido construído antes da data da aprovação do Regulamento das Edificações Urbanas, de acordo com o parágrafo único do art.º 1.º do RGEU, o qual só se aplicou a este local por deliberação municipal de 27/03/81.-----

-----De acordo com o parecer dos Serviços Técnicos, o Fiscal Municipal deslocou-se ao local verificando que o mesmo terá sido construído antes de 1981. No entanto, na certidão de teor emitida pelos Serviços de Finanças de Celorico da Beira, descreve que a edificação foi inscrita na matriz em 1988. -----

-----Sendo que a informação do Fiscal Municipal refere que a edificação a que a requerente alude, terá sido construída antes de 1981, a Câmara deliberou aprovar a petição da requerente. -----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

-----**ASSUNTO: CERTIDÃO DE DISPENSA DE UTILIZAÇÃO**-----

-----**Requerente: Ascensão Amaral (art. matricial 486)**-----

-----Foi presente requerimento n.º 883, datado de 22/12/2010, em nome de Ascensão Amaral, pretendendo que lhe seja emitida uma certidão de dispensa de licença de utilização, para um edifício, sito em Quinta da Ponte – Aldeia Rica, freguesia de Açores, inscrito sob o artigo matricial n.º 486, por o mesmo ter sido construído antes de 1981 e não ser exigida licença de habitação, pelo facto de ter sido construído antes da data da aprovação do Regulamento das Edificações Urbanas, de acordo com o parágrafo único do art.º 1.º do RGEU, o qual só se aplicou a este local por deliberação municipal de 27/03/81.-----

-----De acordo com o parecer dos Serviços Técnicos, o Fiscal Municipal deslocou-se ao local verificando que o mesmo terá sido construído antes de 1981. No entanto, na certidão de teor emitida pelos Serviços de Finanças de Celorico da Beira, descreve que a edificação foi inscrita na matriz em 1988. -----

-----Sendo que a informação do Fiscal Municipal refere que a edificação a que a requerente alude, terá sido construída antes de 1981, a Câmara deliberou aprovar a petição da requerente. -----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

-----**ASSUNTO: CERTIDÃO DE DISPENSA DE UTILIZAÇÃO**-----

-----**Requerente: Ascensão Amaral (art. matricial 487)**-----

-----Foi presente requerimento n.º 884, datado de 22/12/2010, em nome de Ascensão Amaral, pretendendo que lhe seja emitida uma certidão de

dispensa de licença de utilização, para um edifício, sito em Quinta da Ponte – Aldeia Rica, freguesia de Ações, inscrito sob o artigo matricial n.º 487, por o mesmo ter sido construído antes de 1981 e não ser exigida licença de habitação, pelo facto de ter sido construído antes da data da aprovação do Regulamento das Edificações Urbanas, de acordo com o parágrafo único do art.º 1.º do RGEU, o qual só se aplicou a este local por deliberação municipal de 27/03/81.-----

-----De acordo com o parecer dos Serviços Técnicos, o Fiscal Municipal deslocou-se ao local verificando que o mesmo terá sido construído antes de 1981. No entanto, na certidão de teor emitida pelos Serviços de Finanças de Celorico da Beira, descreve que a edificação foi inscrita na matriz em 1988. -----

-----**Sendo que a informação do Fiscal Municipal refere que a edificação a que a requerente alude, terá sido construída antes de 1981, a Câmara deliberou aprovar a petição da requerente.** -----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.* -----

## -----**II - GABINETE DE ACÇÃO SOCIAL**-----

### -----**ASSUNTO: SUBSÍDIO PARA PAGAMENTO DE RENDA**-----

-----Foi presente informação do Gabinete de Acção Social, datada de 09/02/2010, referindo que está a ser pago desde 2006 à Senhora D. Maria Augusta Bigas Caetano, moradora na Rua de S. Pedro n.º 26 – Celorico da Beira, um subsídio de renda no montante de 175,00€. Este subsídio destina-se a completar o pagamento de uma renda para habitação no montante de 275,00€.-----

-----A atribuição deste subsídio resulta da pessoa em causa estar abrangida pelo Plano de Realojamento no Bairro de Santa Luzia. -----

-----No entanto face às dificuldades económicas da requerente para suportar custos totais de uma renda para a sua habitação, propõem a



continuidade da atribuição do subsídio acima referido, até porque esta se encontra desalojada pela autarquia. -----

-----O Senhor **Vereador Victor Santos** solicitou uma listagem das pessoas que estão a ser subsidiadas pela Câmara Municipal, relativamente ao processo de realojamento. -----

-----**A Câmara deliberou dar continuidade à atribuição do subsídio mensal no montante de 175,00€, à requerente Maria Augusta Bigas Caetano, para pagamento de renda de habitação.**-----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.* -----

-----**ASSUNTO: BOLSAS DE ESTUDO PARA O ANO LECTIVO 2010/2011**-----

-----Foi presente informação do Gabinete de Acção Social, datada de 20/12/2010, com o registo interno n.º 4562, dando conhecimento que após análise dos processos de concessão de bolsas de estudo, nos termos do regulamento são de parecer que deve proceder-se à continuidade da atribuição de bolsas às alunas: Ana Luísa Caetano dos Santos e Inês Conceição Caetano dos Santos;-----

-----Propõem ainda que, nos termos do regulamento a cessação da bolsa ao aluno Fábio Ricardo Queiriz Gonçalves, por ter mudado de curso. -----

-----**A Câmara deliberou, por maioria, com as abstenções dos Senhores Vereadores Júlio Santos e Victor Santos, dar continuidade à atribuição de bolsa de estudo, no presente ano lectivo, às alunas Ana Luísa Caetano dos Santos e Inês Conceição Caetano dos Santos.**-----

-----**Mais deliberou cessar a atribuição de bolsa de estudo ao aluno Fábio Ricardo Queiriz Gonçalves, por ter mudado de curso.**-----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.* -----

-----**III - DIVISÃO DE PLANEAMENTO E URBANISMO**-----

-----**ASSUNTO: RENOVAÇÃO DE UM LUGAR DE ESTACIONAMENTO PRIVADO PARA O ANO DE 2011**-----

-----**Requerente: Escola de Condução G. Gomes - Ensino Automobilístico G. Gomes, Lda.**-----

-----Foi presente informação interna do GTM CN 365/2010, com o registo n.º 4429, datada de 13/12/2010, referindo que o requerente pretende a renovação para o ano de 2011 de um lugar de estacionamento privativo com a área de 17,50m<sup>2</sup>, para Rua do Picoto, em Celorico da Beira.-----

-----Em conformidade com o regulamento, os serviços técnicos não observam qualquer inconveniente no deferimento do licenciamento da renovação de um lugar de estacionamento, desde que seja para o veículo com a matrícula que se encontra descrita no painel adicional junto ao sinal H1a (50-96-FS).-----

-----Nos termos do regulamento, informam que o lugar privado de estacionamento solicitado implica o pagamento, de uma taxa anual no valor de 380,00€.-----

-----**Após a análise da informação técnica, a Câmara deliberou, por unanimidade, renovar para o ano de 2011 o lugar de estacionamento privativo à Escola de Condução G. Gomes – Ensino Automobilístico G. Gomes, Lda., localizado na Rua do Picoto, em Celorico da Beira implicando o pagamento da taxa anual no valor de 380,00€.**-----

-----**ASSUNTO: RENOVAÇÃO DE UM LUGAR DE ESTACIONAMENTO PRIVADO PARA O ANO DE 2011**-----

-----**Requerente: Floriano Pereira Nunes**-----

-----Foi presente informação interna do GTM CN 369/2010, com o registo n.º 4587, datada de 21/12/2010, referindo que o requerente pretende a renovação para o ano de 2011 de um lugar de estacionamento privativo

com a área de 9,05m<sup>2</sup> localizado na Rua Manuel dos Santos, em Celorico da Beira, para o veículo com a matrícula 22-52-II.-----

-----Informa que tendo por base o Regulamento Municipal de Trânsito da Vila de Celorico da Beira, no seu artigo 44º e 45º não há qualquer inconveniente no deferimento do pedido. -----

-----Em conformidade com o regulamento referido, o lugar privado de estacionamento solicitado implica o pagamento, de uma taxa anual no valor de 221,00€.-----

-----**Após a análise da informação técnica, a Câmara deliberou, por unanimidade, renovar para o ano de 2011 o lugar de estacionamento privativo ao Senhor Floriano Pereira Nunes, localizado na Rua Manuel dos Santos, em Celorico da Beira, implicando o pagamento da taxa no valor de 221,00€.**-----

-----**ASSUNTO: RENOVAÇÃO DE UM LUGAR DE ESTACIONAMENTO PRIVADO PARA O ANO DE 2011**-----

-----**Requerente: Ourivesaria Fonseca, Unipessoal, Lda.**-----

-----Foi presente informação interna do GTM CN 371/2010, com o registo n.º 4594, datada de 21/12/2010, referindo que o requerente pretende a renovação para o ano de 2011, de um lugar de estacionamento privativo com a área de 9,00m<sup>2</sup> localizado na Rua Sacadura Cabral, junto à Ourivesaria Fonseca, em Celorico da Beira, para os veículos com as matrículas 60-EE-43 e 79-AQ-93. -----

-----Informa que tendo por base o Regulamento Municipal de Trânsito da Vila de Celorico da Beira, no seu artigo 44º e 45º não há qualquer inconveniente no deferimento do pedido. -----

-----Em conformidade com o regulamento referido, o lugar privado de estacionamento solicitado implica o pagamento, de uma taxa no valor de 220,00€.-----

-----Após a análise da informação técnica, a Câmara deliberou, por unanimidade, renovar para o ano de 2011 o lugar de estacionamento privativo à Ourivesaria Fonseca, Unipessoal, Lda., localizado na Rua Sacadura Cabral, em Celorico da Beira implicando o pagamento da taxa no valor de 220,00€. -----

-----**IV - GABINETE JURÍDICO**-----

-----**ASSUNTO: LITÍGIO RUI MANUEL DOS SANTOS SEABRA - QUALIFICAÇÃO DE REDUTO/DEMOLIÇÃO**-----

-----Foi presente informação do Gabinete Jurídico, datada de 25/10/2010 e com o registo interno n.º 4458, dando conhecimento que correu termos neste gabinete o processo de contra-ordenação n.º 82/2008, no qual o arguido, em virtude de ter procedido à construção de uma obra, nomeadamente escadas de acesso a uma habitação sem o respectivo licenciamento. Mais informa que o arguido está a efectuar o pagamento faseado da coima. -----

-----Informa ainda que segundo os moradores da freguesia de Vide-Entre-Vinhas, o local onde foi executada a obra em questão é domínio público. Após reunião entre as partes o arguido comprometeu-se na resolução amigável do litígio. -----

-----Informa ainda que também a Junta de Freguesia diz tratar-se de um espaço público e face à inércia apresentado pelo arguido ao longo destes dois anos, propõe que o Município adopte as medidas necessárias à reposição do existente no local, conforme é solicitado pelos moradores. -----

-----O Senhor **Vereador Victor Santos** começou por dizer que considera que o parecer técnico não dá informação necessária para se tomar uma decisão. Disse que o Executivo deve exigir pareceres técnicos suficientemente fundamentados para o suporte de decisão. -----

-----Sobre o assunto em concreto parece-lhe que a decisão final da Câmara Municipal depois de ter sido levantado auto de contra-ordenação

seria exigir a demolição da obra, se não o fez é porque provavelmente tinha dúvidas relativamente ao facto de se tratar, ou não, domínio público. -----

-----Disse que o parecer e documentação apresentada não provam tratar-se de domínio público.-----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** perante as dúvidas levantadas solicitou que a Jurista da autarquia esteja presente numa próxima reunião de Câmara para esclarecer o Senhor Vereador. -----

-----O Senhor **Vereador António Silva** ainda sobre o assunto, disse que a Jurista na sua informação, fez um resumo e informa que houve uma reunião com a Junta de Freguesia, que também concluiu tratar-se de espaço de domínio público. Perante estes factos e perante a inércia do arguido, a Jurista propõe que a Câmara tome uma posição. -----

-----Na sua opinião o parecer está conforme. -----

-----O Senhor **Vereador Júlio Santos** disse que nenhum técnico pode decidir sobre este assunto, porque o teor deste assunto é competência exclusiva da Câmara Municipal e em última instância dos Tribunais. -----

-----**A Câmara deliberou por maioria, que o arguido Rui Manuel dos Santos Seabra proceda à demolição da obra não licenciada, de forma a repor o existente no local.**-----

-----**Votaram contra, os Senhores Vereadores Júlio Santos e Victor Santos, tendo o Senhor Presidente usado o voto de qualidade.** -----

-----**V - GABINETE DE APOIO AO EXECUTIVO**-----

-----**ASSUNTO: PROJECTO DE REGULAMENTO PARA CRIAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DA JUVENTUDE DE CELORICO DA BEIRA**-----

-----Foi presente proposta de regulamento do Conselho Municipal da Juventude de Celorico da Beira, que se anexa à presente acta (**anexo I**). ---

-----O Senhor **Presidente da Câmara** disse que a autarquia já havia tomado a iniciativa de constituir este Conselho Municipal, mas por indicação da ANMP, parou o processo, porque na opinião daquela Associação todas as competências que estão atribuídas aos Conselhos Municipais da Juventude já são executadas pelas autarquias, o que se lhes afigurava como sendo inconstitucional, ficando de emitir parecer sobre o mesmo.-----

-----Como a autarquia nunca recebeu nada em contrário decidiu dar cumprimento à Lei n.º 8/2009, de 18 de Fevereiro e propor a criação do Conselho Municipal de Juventude de Celorico da Beira, cujo regulamento se remete para aprovação.-----

-----O Senhor **Vereador Victor Santos** congratulou-se com a criação deste Conselho. Fez um apelo para que não se criem organismos, para depois no futuro não serem consultados, porque é importante que o Executivo nas suas tomadas de decisão, tenha a capacidade de ouvir e levar em conta as recomendações que são apresentadas.-----

-----Continuou dizendo que a autarquia deverá criar condições para que este órgão trabalhe. Disse que é importante que se ouçam os interlocutores do futuro, porque não há futuro sem os jovens.-----

-----Relativamente aos Vereadores da Oposição, reiterou que considera importante criar condições para a Oposição poder desenvolver o seu trabalho e dar o seu contributo na gestão do município.-----

-----**A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar o projecto de regulamento do Conselho Municipal de Juventude de Celorico da Beira, ao abrigo do disposto na Lei n.º 8/2009, de 18/2 e submetê-lo à apreciação pública, nos termos do art. 118.º do Código de Procedimento Administrativo.**-----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.*-----

-----**VI - PROPOSTA DO SENHOR VEREADOR JÚLIO SANTOS**-----

-----**ASSUNTO: ENCERRAMENTO DA CRECHE MUNICIPAL**-----

-----Pelo Senhor Vereador Júlio Santos foi apresentada uma proposta com o seguinte teor:-----

-----“Proposta de deliberação para encerramento da Creche Municipal ----

-----Atendendo a que:-----

-----1. Segundo todos os dados conhecidos (já reconhecidos pelo poder municipal instituído) a situação financeira da Câmara é catastrófica; -----

-----2. A Creche Municipal custa ao Município verbas na ordem dos 500 mil euros ano pois é financiada a 100% pela Câmara Municipal;-----

-----3. A Segurança Social tem verbas próprias para financiar o serviço de Creche a IPSS (Instituições Particulares de Solidariedade Social); -----

-----4. Que na área do Município há IPSS que garantem a absorção de 24 utentes; -----

-----A fim de se dar início à redução de despesas desnecessárias, proponho se delibere no sentido do encerramento da Creche Municipal. ----

-----O Vereador eleito pelo MAJUSP.”-----

-----Relativamente a esta proposta o Senhor **Vereador Victor Santos**, disse que não gosta de tomar decisões com base em opiniões de alguém, sem haver sustentação dos factos que levem à tomada de decisões coerentes.-----

-----Concorda que a autarquia tem que racionar recursos e esta proposta poderá ser uma opção credível, constituindo um bom documento de trabalho para se analisar, mas não para tomar uma decisão, porque existem muitas variáveis que têm que ser equacionadas e avaliadas (recursos humanos, utentes, etc.).-----

-----O Senhor **Vereador Júlio Santos** esclareceu que a proposta agora apresentada, como é óbvio, não é para ter execução imediata, porque o ano lectivo já teve início, mas sim no fim do ano lectivo.-----

-----Reiterou que é possível manter este serviço (Creche) sem custos para o município, através da celebração de um protocolo entre a Segurança Social e uma IPSS.-----

-----Referiu existirem muitas IPSS no Concelho, havendo uma que reúne todas as condições que é a ADCC. Esta Associação já tem um protocolo com a Segurança Social para 20 utentes de Creche que está suspenso para efeitos de obras. No limite, até pode ser criada uma nova IPSS para o efeito, por exemplo, via associação de pais dos utentes.-----

-----Mais referiu que o que está, fundamentalmente, em causa é, no interesse do município, retirar uma grande despesa aos cofres da autarquia.-----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** disse que este era um investimento não de capital, mas, humano. Considera que, uma vez que existe um número considerável de Associações que reúnem condições para manter esta unidade, e de forma a não menosprezar nenhuma delas, o mais correcto seria adoptar a alternativa de se constituir uma comissão de utentes, que constituam uma IPSS, para este fim.-----

-----O Senhor **Vereador António Silva** disse que desde Outubro de 2005 que vem alertando para o facto de a autarquia preencher as condições de reequilíbrio financeiro, que ainda não foi concretizado porque é necessário haver investimento no município. Reiterou que é urgente lançar os concursos constantes do orçamento, mas com uma fiscalização de obra, para que a autarquia não venha a ser penalizada, no futuro.-----

-----Relativamente à Creche disse que não representa só uma despesa elevadíssima, como também é uma estrutura pesada, que absorve muitos recursos financeiros à autarquia, quase igualável à EMCEL.-----

-----Disse que, na sua opinião existe nesta matéria um claro aproveitamento político, a não ser que seja apresentado um plano de integração numa IPSS.-----



-----Disse ainda que faz todo o sentido que este projecto seja feito dentro da autarquia, por pessoas idóneas e isentas. -----

-----Disse que iria votar contra esta proposta, porque não se pode encerrar uma creche sem haver alternativas credíveis. Na sua opinião o Vereador do Pelouro deveria fazer um estudo desta situação e apresentar uma proposta que seja capaz de dar uma resposta urgente à afectação de recursos financeiros a esta unidade. -----

-----O Senhor **Vereador Victor Santos** disse que lamenta que tendo o Senhor Vereador António Silva consciência da fragilidade económica financeira da autarquia, pouco ou nada tenha feito para atenuar a situação.

-----Disse que continua sem perceber qual foi a filosofia subjacente à elaboração do orçamento. Disse que a existir um grupo de trabalho que está a estudar as políticas financeiras da autarquia e uma vez que está ser colocada a hipótese de reequilíbrio financeiro, gostaria de saber qual o *feedback* do trabalho desenvolvido por esse grupo de trabalho. -----

-----Por último e relativamente à proposta apresentada pelo Senhor Vereador Júlio Santos disse que como documento de trabalho, é um bom documento para se iniciar o estudo desta situação. -----

-----**A Câmara deliberou, por maioria, com dois votos contra, uma abstenção do Senhor Vereador Victor Santos e um voto a favor do Senhor Vereador Júlio dos Santos, indeferir a proposta de encerramento da creche municipal.** -----

-----Voto de vencido do Senhor **Vereador Júlio Santos**: -----

-----Ao não aprovar a presente proposta o Executivo (maioria Socialista) prestou um péssimo serviço ao futuro do concelho. -----

-----Com efeito, para além, de ser a principal responsável pelo descalabro das finanças do município, a maioria socialista, revelou ser autista e

preocupar-se mais com o alimentar da clientela política do que com o desenvolvimento do concelho. -----

-----Repugna-me ver repudiar uma proposta que a ser aprovada aliviada automaticamente os cofres municipais em mais de 500 mil euros, os quais podiam ser aproveitados para investimentos produtivos. -----

-----Sendo certo que a Creche Municipal é alimentada a 100% por dinheiros públicos (podendo contudo passar para a esfera privada, que mais não fosse via criação de uma Associação de Utentes, que se pudesse candidatar à criação e gestão da unidade Creche a fim de a mesma ser financiada pela Segurança Social), o chumbo desta proposta, diz muito sobre o que a maioria socialista pretende para o futuro do concelho. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** fez a seguinte declaração de voto:

-----Relativamente ao proferido pelo Senhor Vereador Júlio Santos, também repúdio a sua atitude, porque a maioria socialista, tomou em consideração a proposta por si apresentada, mas considera que a mesma carece de alguma coerência no que diz respeito à data do encerramento e ao modo como se vai fazer a transferência dos recursos humanos e dos utentes. -----

-----Não se pode encerrar uma Creche de um dia para o outro, sem se apresentar alternativas, sou da opinião que o Senhor Vereador apresente essas alternativas e arranje apoio junto da Segurança Social, para subsidiar esta unidade. Lamenta que agora existam estes fundamentalismos relativamente à Creche Municipal, uma vez que foram os Executivos anteriores que a criaram e ampliaram para o fim que tem actualmente.-----

-----**VII - COMISSÃO MUNICIPAL DE TOPONÍMIA DE CELORICO DA BEIRA** -----

-----**ASSUNTO: APROVAÇÃO DA PLANTA DE TOPONÍMIA DA ALDEIA DO MINHOCAL** -----

-----Foi presente informação interna n.º 4615, datada de vinte e dois de Dezembro do corrente ano, em nome da Comissão Municipal de Toponímia de Celorico da Beira e que se anexa a esta acta (**anexo II**), referindo que tendo em consideração o Regulamento Municipal de Toponímia e Números de Polícia do Concelho de Celorico da Beira vem a Comissão Municipal de Toponímia apresentar a Planta de Toponímia do Minhocal.-----

-----**A Câmara Municipal deliberou aprovar a proposta apresentada pela Comissão Municipal de Toponímia referente à aldeia do Minhocal, no que respeita à toponímia a eliminar, a manter e a alterar, bem como, a aprovação dos novos arruamentos.**-----

-----**VIII – EMCEL**-----

-----**ASSUNTO: ORÇAMENTO PARA O EXERCÍCIO ECONÓMICO DE 2011** - -----

-----Foi presente o orçamento para o exercício económico de 2011, da Empresa Municipal Celoricense, que anexa à presente acta (**anexo III**). -----

-----O Senhor **Vereador António Silva** fez uma apresentação sumária do documento em epígrafe, realçando alguns dos aspectos que considera serem de maior relevância no exercício económico da EMCEL.-----

-----Começou por dizer que a EMCEL é uma entidade subsídio dependente da autarquia. Terá que sobreviver com os meios que tem e rentabilizar as unidades que possui.-----

-----A Empresa apresenta resultados positivos nas unidades Solar e Lagar Municipal, todas as outras unidades cumprem uma função social muito pesada.-----

-----O Solar do Queijo tem cumprido a sua missão na venda dos produtos endógenos, mas face à conjuntura económica que atravessamos, esta unidade terá que aproveitar os postos de venda, nomeadamente o museu

do agricultor e outros espaços, para manter os resultados em 2011, apostando na dinâmica empresarial. -----

-----Relativamente ao Lagar, a Administração da EMCEL optou por manter o volume de vendas, mas terão que aumentar a dinâmica, porque é normal que com a crise, este sector seja afectado, bem como o facto de existir actualmente no Concelho um aumento de oferta nesta área.-----

-----No que concerne às piscinas municipais da Lageosa, bem como o Bar do Jardim, à semelhança de anos anteriores serão concessionados, como forma de otimizar os espaços e racionar recursos. -----

-----Relativamente ao apoio à rede escolar, este é um serviço que é prestado à Câmara Municipal e que no ano 2011 tenderá a sofrer uma redução substancial, por transferência das competências para a autarquia. -

-----O Centro Cultural é uma unidade de cariz social, que apresenta custos altos, a estratégia passará pela reorganização da agenda de espectáculos que oferece.-----

-----Piscinas Municipais são a estrutura com um maior peso em termos de funcionamento e com custos sociais muito elevados.-----

-----Por último disse que a evolução da empresa irá manter-se nos moldes actuais, devendo existir uma forte aposta na função comercial, com a promoção e comercialização dos produtos endógenos do concelho, especializando-se nesta área em conjunto com a função Turismo. -----

-----O Senhor **Vereador Victor Santos** questionou sobre qual a modalidade que vai ser adoptada para o arrendamento das piscinas municipais da Lageosa tendo sido informado que é por concurso público. ---

-----Disse que gostaria de ter acesso ao contrato de concessão das piscinas municipais e do bar do jardim. -----

-----Relativamente à EMCEL disse que o Senhor Vereador repete o discurso de sempre. É da opinião que está na altura de racionalizar os recursos existentes e estudar alternativas. Deixa uma proposta ao Executivo, em vez de estar à espera de uma intervenção externa, que os

técnicos da casa façam um estudo, um trabalho de base que permita encontrar alternativas para a EMCEL. -----

-----Disse que antes de se pensar em acabar deverá pensar-se em racionalizar os espaços geridos pela EMCEL, na sua opinião, há um conjunto de soluções que podem ser encontradas internamente para otimizar o seu funcionamento. -----

-----O Senhor **Vereador António Silva** disse que a EMCEL dentro da função comercial da Empresa pode fazer melhor, mas em termos da função social, os equipamentos que a integram têm custos elevadíssimos.-----

-----Solicitou que seja pedido ao Turismo uma listagem com a evolução das visitas nos espaços museológicos do concelho, para entregar aos Senhores Vereadores.-----

-----O Senhor **Vereador Júlio Santos** disse que as Empresas Municipais surgiram para superar lacunas que existiam ao nível administrativo e poder rentabilizar situações que na autarquia não o eram. -----

-----Esta Empresa foi dotada com equipamentos de carácter social e equipamentos de carácter comercial. É a função social da Câmara Municipal que foi transferida para a EMCEL, mas os custos são os mesmos numa ou noutra situação. Disse que se a gestão está má tem de mudar, têm que definir o que querem para a Empresa, se existe só para fazer o que a Câmara faz, não tem sentido, está simplesmente a duplicar funções.-----

-----Disse que as unidades produtivas dão lucro e segundo as palavras do Senhor Vereador até podem triplicar, reiterou que é esta a génese desta empresa, ou seja as unidades produtivas pagarem as sociais. -----

-----**A Câmara deliberou, por maioria, com um voto contra do Senhor Vereador Júlio dos Santos e uma abstenção do Senhor Vereador Victor Santos, aprovar o orçamento para o exercício económico, de 2011, da EMCEL.**-----

-----Voto de vencido do Senhor **Vereador Júlio Santos**:-----

-----“Se considerássemos apenas os serviços de carácter social que a Empresa presta, adicionados às actividades económicas que desenvolve (apesar de entendermos que há défice de boa gestão na mesma), ponderaríamos votar a favor do documento. Porém, atendendo que a Empresa está a ser usada para fins “anti-estatutários”, quiçá fora da legalidade (a contratação de pessoal para escolas e jardim de infância não cabem no escopo estatutário da empresa), não nos resta alternativa senão votar contra.” -----

-----**IX - SECÇÃO RECURSOS HUMANOS**-----

-----**ASSUNTO: ACIDENTE DE SERVIÇO**-----

-----A Câmara tomou conhecimento da participação do acidente em serviço, ocorrido no dia 3 de Dezembro de 2010, pelas dezasseis horas, referente à funcionária Maria Josefa Gomes da Costa, com a categoria de Assistente Operacional. -----

-----O Senhor **Vereador Júlio Santos** requereu que a Câmara Municipal faça um inquérito para apurar os factos relativos ao presente pedido pois tem conhecimento pessoal de que o referido acidente “não foi em serviço”. -

-----Mais referiu que se tal não acontecesse ele próprio comunicaria ao seguro sobre o que realmente aconteceu. -----

-----**Por solicitação do Senhor Vereador Júlio Santos, a Câmara deliberou abrir um inquérito para apurar se foi ou não acidente de serviço, o facto relatado na presente participação.**-----

-----**ASSUNTO: REGULAMENTO INTERNO RELATIVO AO PERÍODO DE FUNCIONAMENTO, ATENDIMENTO E HORÁRIO DE TRABALHO DA CÂMARA MUNICIPAL DE CELORICO DA BEIRA**-----

-----Foi presente informação interna n.º 4455, da Secção de Recursos Humanos, datada de 14/12/2010, remetendo para conhecimento do Executivo o Regulamento interno relativo ao período de funcionamento, atendimento e horário de trabalho da Câmara Municipal de Celorico da Beira, que se anexa à presente acta (**anexo IV**). -----

-----**A Câmara tomou conhecimento.** -----

-----**X - CONCESSÃO DE ALVARÁ PROVISÓRIO**-----

-----Foi presente ofício da firma Patrício & Filhos, Lda., com sede na Rua Sacadura Cabral, em Celorico da Beira, solicitando autorização para concessão de alvará provisório de combustíveis, por um ano, de forma a possibilitar, durante esse período de tempo, que esta firma proceda à execução de projectos e licenças de obra para a adequação do posto à nova legislação e poder por fim solicitar, após as obras o alvará definitivo. --

-----Sobre o presente ofício recaiu informação técnica, dando conhecimento que, já tinha sido dado conhecimento ao requerente que, nos termos da lei, era impossível emitir um alvará provisório, sem a existência de obras. -----

-----O Senhor **Vereador Victor Santos** disse que este indeferimento não está fundamentado. -----

----- **A Câmara tomou conhecimento.**-----

-----**XI - CRIAÇÃO DE UNIDADES ORGÂNICAS FLEXÍVEIS**-----

-----Nos termos do artigo 7.º do Decreto-lei n.º 305/2009, de 23 de Outubro, foi presente proposta do Senhor Presidente da Câmara, para criação de unidades orgânicas flexíveis na Câmara Municipal de Celorico da Beira, com o seguinte teor:-----

-----“A Assembleia Municipal, na sua sessão de 28/12/2010, aprovou, nos termos do art. 6.º do Decreto-lei n.º 305/2009, de 23 de Outubro, o número máximo de quatro unidades orgânicas flexíveis, na estrutura dos serviços. --

-----Assim, apresento à Câmara Municipal para aprovação a seguinte proposta de criação de unidades orgânicas flexíveis, na estrutura dos serviços:-----

-----I. Respeitando o número máximo estabelecido pela Assembleia Municipal na sessão de 28 de Dezembro do corrente ano, na estrutura flexível do Município são criadas quatro unidades orgânicas flexíveis; -----

-----II. A identificação das unidades é a seguinte:-----

-----Divisão de Educação, Acção Social, Juventude, Turismo e Cultura; ---

-----Divisão de Obras Particulares e Municipais; -----

-----Divisão Financeira e Administrativa;-----

-----Divisão de Ambiente. -----

-----III. As atribuições e competências com vista à plena prossecução das atribuições do Município, segundo os princípios estabelecidos no artigo 3.º do Decreto-lei n.º 305/2009, de 23 de Dezembro, bem como as suas dependências hierárquicas constam no Regulamento de Funcionamento dos Serviços, a aprovar pela Câmara Municipal”.-----

-----**A Câmara deliberou, por maioria, com uma abstenção do Senhor Vereador Júlio Santos e um voto contra do Senhor Vereador Victor Santos, aprovar a proposta apresentada pelo Senhor Presidente da Câmara, para a criação de quatro unidades orgânicas flexíveis.**-----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.* -----

## -----**XII - CRIAÇÃO DE SUBUNIDADES ORGÂNICAS**-----

-----Nos termos do artigo 7.º do Decreto-lei n.º 305/2009, de 23 de Outubro, é competência do Presidente da Câmara Municipal a conformação da estrutura interna das unidades orgânicas e a criação, alteração e a



extinção de subunidades orgânicas, dentro dos limites aprovados pela Assembleia Municipal. -----

-----A Assembleia Municipal, na sua sessão de 28/12/2010, aprovou, nos termos do artigo 6.º do Decreto-lei n.º 305/2009, de 23 de Outubro, o número máximo de 25 subunidades orgânicas, na estrutura dos serviços. ---

-----Face ao exposto o Senhor Presidente da Câmara Municipal determina que a identificação das subunidades e a sua integração nas unidades orgânicas flexíveis seja a seguinte: -----

----- **Divisão de Educação, Acção Social, Juventude, Turismo e Cultura** -----

-----Secção de Educação (composta pelos Serviços de Educação Pré-Escolar, pelos Serviços de Educação Básica e Secundária e pelos Serviços de Nutrição);-----

-----Secção de Acção Social, Saúde e Família;-----

-----Secção de Desporto, -----

-----Secção de Juventude;-----

-----Biblioteca Municipal; -----

-----Secção de Cultura;-----

-----Secção de Turismo.-----

----- **Divisão de Obras Particulares e Municipais** -----

-----Secção de Obras Particulares (a qual é composta pelos Serviços de Licenciamento e pelos Serviços de Fiscalização); -----

-----Secção de Obras Municipais (a qual é composta pelos Serviços de Planeamento, Ordenamento do Território/Projecto e pelos Serviços de Obras Municipais);-----

-----Secção de Trânsito (a qual integra os Serviços de Conservação de Vias Municipais). -----

----- **Divisão Financeira e Administrativa**-----

-----Secção de Contabilidade; -----

-----Tesouraria, -----

-----Aprovisionamento;-----

-----Fundos Comunitários/Freguesias; -----  
-----Informática (a qual é composta pelos serviços de Espaços Internet e Multimédia); -----  
-----Armazém; -----  
-----Património; -----  
-----Parques e Viaturas/Oficinas; -----  
-----Secção de Recursos Humanos; -----  
-----Secção de Actas; -----  
-----Secretaria (a qual é composta pelos Serviços de Taxas e Licenças, de Arquivo, de Expediente Geral e Cemitérios e Mercado Municipal). -----  
-----**Divisão do Ambiente**-----  
-----Agricultura, Florestas e Espaços Verdes; -----  
-----Águas e Saneamento/RSU; -----  
-----Limpeza e Higiene/Espaços Públicos; -----  
-----Serviços de Veterinária.-----

-----**A Câmara tomou conhecimento.** -----

### -----**XIII - REGULAMENTO DE FUNCIONAMENTO DOS SERVIÇOS**-----

-----Foi presente para aprovação o Regulamento de Funcionamento dos Serviços da Câmara Municipal de Celorico da Beira, que se anexa (**anexo V**), do qual constam as atribuições e competências de cada uma das unidades nos termos da alínea a), do artigo 7.º, do Decreto-lei n.º 305/2009, de 23 de Outubro.-----

-----**Nos termos da alínea a), do artigo 7.º, do Decreto-lei n.º 305/2009, de 23/10, a Câmara deliberou, por maioria, com uma abstenção do Senhor Vereador Júlio Santos e um voto contra do Senhor Vereador Victor Santos, aprovar o Regulamento de Funcionamento dos Serviços da Câmara Municipal de Celorico da Beira, bem como as atribuições e competências de cada uma das unidades.**-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

-----Declaração de voto do Senhor **Vereador Victor Santos**: -----

-----Voto contra, porque não compreendo qual é a filosofia e o conceito subjacente a esta organização, perde-se uma oportunidade de se separar a área política da área técnica e continua a haver uma falta de chefias.-----

-----Vivemos num concelho rural e este documento não reflecte essa realidade, com a agricultura remetida para uma Divisão de Ambiente com competências muito limitadas.-----

-----Face a estes indícios considero que este documento pouco vai contribuir para a melhoria da qualidade do funcionamento dos serviços da autarquia, tendo-se perdido a oportunidade de se fazer uma reestruturação dos serviços capaz de responder às necessidades concretas da autarquia e do concelho.-----

-----**XIV - TAXAS DE PUBLICIDADE - RATIFICAÇÃO DE DESPACHO**-----

-----Foi presente proposta do Senhor Presidente da Câmara com o seguinte teor:-----

-----“Atendendo à conjuntura económica actual, a qual é de dificuldade e tendo em conta que o comércio local, passa por uma grande recessão, o que inviabiliza a sua expansão, os comerciantes locais têm reclamado verbalmente e, com insistência sobre o aumento das taxas de publicidade aprovadas em Assembleia Municipal do dia 30/4/2010;-----

-----Atendendo às circunstâncias, nomeadamente o facto de não se poder realizar em tempo útil, reunião de Câmara e de Assembleia Municipal e a medida proposta ter aplicabilidade no próximo mês de Janeiro; -----

-----No propósito de contribuir para alguma melhoria da situação económica dos comerciantes locais e ao abrigo da competência conferida pelo n.º 3, do art. 68.º, do Decreto-lei n.º 169/99, de 18/9, na sua actual redacção, proponho que, relativamente ao licenciamento/renovação de publicidade, se aplique apenas o artigo 104.º, do Capítulo V, do

Regulamento e Tabelas de Taxas do Município de Celorico da Beira, ficando sem efeito para o ano 2011, a aplicação do artigo 106.º do mesmo capítulo, com excepção dos painéis luminosos (outdoors), cuja aplicação de taxas se mantém. -----

-----Submeto esta medida à Assembleia Municipal para que se pronuncie e, nos termos da lei deverá, a mesma ser presente à próxima reunião de Câmara, para ratificação.” -----

-----**Relativamente ao licenciamento/renovação de publicidade a Câmara, nos termos da lei, deliberou por unanimidade, ratificar a decisão do Senhor Presidente da Câmara, para que se aplique apenas o artigo 104.º, do Capítulo V, do Regulamento e Tabelas de Taxas do Município de Celorico da Beira, ficando sem efeito para o ano 2011, a aplicação do artigo 106.º do mesmo capítulo, com excepção dos painéis luminosos (outdoors), cuja aplicação de taxas se mantém.** -----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.* -----

-----**XV - MAPA DE OBRAS**-----

-----A Câmara tomou conhecimento do mapa número 6, de dois mil e dez, elaborado pela Secção de Obras Particulares, contendo a relação, dos despachos, que recaíram sobre as obras de edificação, anexo à presente acta, ficando dela a fazer parte integrante (**anexo VI**). -----

-----**ENCERRAMENTO**-----

-----Eram treze horas e trinta minutos e nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião, da qual para constar se lavrou a presente acta, que vai ser assinada, pelo Senhor Presidente e por mim, Margarida Maria Gonçalves Amaro, que a secretariei. -----